LEI Nº 1.173, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2021.

"Dispõe sobre Plano Municipal de Arborização Urbana de Vargem Grande Paulista, poda, supressão de exemplares arbóreos nativos isolados e exóticos, compensação ambiental e suas penalidades."

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, considera-se:

II - **Vegetação de porte arbóreo nativo**: aquela constituída por espécimes vegetais lenhosos do Bioma Mata Atlântica, com diâmetro do caule e altura do chão ao peito - **DAP**, de aproximadamente 1,30m (um metro e trinta centímetros) acima do solo e superior a **5cm (cinco centímetros)** de diâmetro.

III - **Vegetação de porte arbóreo exótico**: aquela constituída por espécimes vegetais lenhosos que se encontram fora de sua distribuição natural, com diâmetro do caule e altura do chão ao peito - **DAP**, de aproximadamente 1,30m (um metro e trinta centímetros) acima do solo e superior a **20cm (vinte centímetros)** de diâmetro.

IV - Exemplares arbóreos isolados: são aqueles situados fora de fisionomias vegetais, cujas copas ou partes aéreas não estejam em contato entre si, destacando-se da paisagem como indivíduos isolados e baixa diversidade de espécies.

V - Fragmento de vegetação nativa: fisionomia com aspecto florestal formado por variedade biológica da fauna e flora que se relacionam entre si, podendo ser caracterizada como vegetação primária ou secundária, sendo esta última nos estágios pioneiro, inicial, médio e avançado de regeneração.

Art. 25. O Poder Público Municipal só autorizará a supressão de árvores nas seguintes circunstâncias:

I - em terreno particular a ser edificado quando o corte for indispensável à realização de construção, demolição, reconstrução ou reforma e terraplenagem;

II - quando o estado fitossanitário da árvore justificar;

III - a árvore ou parte desta apresentar risco de queda;

IV - nos casos em que a árvore esteja causando comprováveis danos permanentes ao patrimônio público ou privado, bem como à infraestrutura do imóvel, inclusive como obstáculo físico ao acesso de veículo;

V - em plantio irregular ou na propagação espontânea de espécimes arbóreos impedindo o desenvolvimento adequado de árvores vizinhas;

VI - se tratar de espécies invasoras, com propagação prejudicial comprovada.

VII - se tratar de espécies com espinhos e princípios ativos tóxicos ou alergênicos.

VIII - Florestas homogêneas (única espécie) ou pomar frutíferos (doméstico ou comercial), sem sub-bosque nativo e ou exótico plantadas para fins comerciais.

IX - nos casos de utilidade pública ou de interesse social.

Art. 26. As Autorizações de Supressão de Vegetação, emitidas pelo Departamento de Meio Ambiente, serão acompanhadas dos competentes Termos de Compromisso de Recuperação Ambiental.

Parágrafo único. Ficam dispensadas de compensação ambiental, através de TCRA as autorizações municipais para supressão de espécies arbóreas exóticas quando se tratar de florestas homogêneas para fins comerciais e pomar frutíferos.

Art. 27. Para pedido de Autorização para Supressão de Vegetação exótica, independente do número de indivíduos, e/ou até 10 (dez) exemplares arbóreos nativos isolados em um mesmo lote, o solicitante deverá protocolar pedido no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal contendo:

I - requerimento para autorização de supressão assinado pelo proprietário do imóvel, ou seu representante legal contendo justificativa para sua solicitação;

II - cópia do título de propriedade do imóvel ou, em sua ausência, documento que comprove a posse ou domínio útil sobre o imóvel;

III - cópia da Ficha Cadastral (ou espelho) do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU quando se tratar de imóvel urbano ou, comprovante CCIR quando se tratar de imóveis rurais;

IV - documentos pessoais do solicitante e procuradores quando for o caso;

V - planta ou croqui do imóvel e fotos indicando as árvores a localização suprimir; e

VI - Declaração de inexistência de passivos ambientais no imóvel e de solicitações/processos anteriores junto à CETESB.

§ 1º Tratando-se de área pública localizada na parte interna de bolsão residencial, o pedido de autorização de supressão somente poderá ser feito pelo administrador do bolsão residencial, cabendo a este o cumprimento de eventuais obrigações decorrentes da supressão.

§ 2º Em caso de solicitação em propriedade de terceiros deverá ser juntada anuência do proprietário e procuração simples, incluindo no respectivo documento indicação de responsabilidade pela compensação ambiental.

Art. 28. Nos casos de supressão acima de 10 (dez) exemplares arbóreos nativos isolados em um mesmo lote, o interessado deverá apresentar, além do descrito no art. 27 desta Lei, o levantamento detalhado de todas as árvores nativas isoladas existentes no lote contendo, no mínimo, as seguintes informações:

I - identificação da(s) espécie(s) arbórea(s) contemplando o nome científico e popular;

II - espécies incluídas na lista ameaçadas de extinção;

III - altura de fuste;

IV - Diâmetro na Altura do Peito - DAP;

V - quantidade de exemplares;

VI - fotos das árvores solicitadas para corte ou imagens de satélite com indicação das árvores propostas para supressão;

VII - indicação das coordenadas geográficas de cada árvore;

VIII - projeto de plantio da compensação ambiental com indicação em planta das áreas que serão recompostas indicando coordenadas geográficas;

IX - ART ou documento equivalente do responsável técnico;

X - outros documentos se necessário, a critério da Administração Municipal.

Art. 29. Os casos de supressão irregular de vegetação sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Art. 31. Poderá ser dispensado da compensação ambiental de que trata este capítulo, se for comprovada documentalmente a incapacidade econômica do requerente por sua baixa renda, comprovada pelo cadastro de atendimento em programa social da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 32. Nos casos de exemplares arbóreos com necessidade de supressão por risco iminente de queda, a solicitação deverá ser encaminhada à Defesa Civil, não havendo necessidade de emissão de autorização por parte do meio ambiente e compensação ambiental.

Art. 33. O plantio compensatório e a recomposição florestal deverão ocorrer na seguinte proporção:

Item	Espécie a ser suprimida	Compensação por exemplar	Valor por muda a ser compensada
I - Supressão de Exemplar Arbóreo	Exóticos	plantio ou doação de 4 (quatro) mudas	1,5 UFESP's
II - Supressão de Exemplar Arbóreo	Nativos Isolados	plantio ou doação de 15 (quinze) mudas	1,5 UFESP's

§ 1º Nas supressões realizadas irregularmente, não sendo possível a identificação do exemplar arbóreo, será adotada a compensação de 25 exemplares por árvore suprimida, independente do DAP.

§ 2º No caso de não haver possibilidade de quantificar os exemplares arbóreos suprimidos na área, será

quantificado pelo Departamento de Meio Ambiente de acordo com a área impactada sendo que para fins de multa e compensação do dano será adotada 1 (uma) muda para cada 6 (seis) m² de área.

§ 3º No caso de doação de mudas deverá possuir uma altura mínima de 1,80 metros e pertencer ao Bioma da Mata Atlântica (Floresta Ombrófila Densa).

§ 4º A doação deverá ser entregue ao Viveiro Municipal de Mudas.

§ 5º No caso de supressão para fins de interesse social e utilidade pública, conforme definido no art. 3º, VIII e IX da Lei Federal nº [12.651](#)/2012, a compensação será plantio ou doação de 10 (dez) mudas para cada exemplar nativo isolado suprimido, exceção feita à exemplar arbóreo exótico o que não gera compensação ambiental.

§ 6º Nos casos de exigência de Relatórios de Plantio ou Serviços, conforme Art. 30, incisos I e IV, deverá seguir rigorosamente as condições expressas no TCRA, fica dispensado de apresentação ART ou documento equivalente Relatório de Plantio igual ou inferior a 500 (quinhentas) mudas.